



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

062/2026

CONTRATANTE (UASG)
982333

OBJETO

Concessão de uso temporário de espaço público, a título precário e oneroso, destinada à exploração comercial de área para instalação de camarotes privados no Pátio de Eventos Nivaldo Jatobá, durante a realização da 57ª Festa das Marocas, no período de 03 a 06 de julho de 2026, conforme condições e quantidades estabelecidas neste ETP.

VALOR TOTAL MÍNIMO ESTIMADO DA RECEITA

R\$ 95.976,23

Estudo Técnico Preliminar 062/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 062/2026

2. Descrição da necessidade

2.1 O Estudo Técnico Preliminar definido pelo art. 6º, XX, da Lei nº 14.133/2021, é definido como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.2 O Art. 2º, XI, da Instrução Normativa nº 1, de 04/04/2019, da Secretária de Governo Digital do Ministério da Economia, constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental; e embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

2.3 Durante este Estudo, diversos aspectos foram levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente

2.4 A pretendida concessão é necessária para Secretária de Cultura Turismo e Empreendedorismo, tendo em vista, o novo cenário estabelecido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde este diploma legal estabeleceu novo marco das contratações públicas.

2.5 Dessa forma, faz-se necessária a concessão de uso do espaço público. A outorga, em caráter precário e oneroso, tem como objetivo a arrecadação de receitas, contribuindo de maneira significativa para a otimização dos recursos próprios do município. Ademais, os valores arrecadados poderão ser destinados ao custeio das despesas relacionadas à realização do evento, promovendo maior eficiência na gestão financeira. A atuação de cessionário devidamente selecionado também favorecerá a organização, a segurança e o adequado funcionamento do espaço público, beneficiando os participantes e a população do Município de Belo Jardim/PE.

2.6 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a Administração Pública na condução do procedimento licitatório destinado à concessão de uso temporário de espaço público, para exploração comercial de camarotes privados durante a realização da 57ª Festa das Marocas, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.



3. Problema identificado

3.1 A Administração Pública Municipal enfrenta a necessidade de viabilizar fontes alternativas de arrecadação para o custeio parcial das despesas inerentes à realização da 57ª Festa das Marocas, evento de grande porte que demanda elevados investimentos em infraestrutura, logística e serviços. Nesse contexto, a ausência de mecanismos eficientes de geração de receitas pode comprometer o equilíbrio financeiro do evento e ampliar a dependência de recursos próprios do município.

3.2 Verifica-se também a necessidade de melhoria na infraestrutura temporária disponibilizada ao público, incluindo aspectos como acessibilidade, segurança, controle de acesso, instalações elétricas e organização física dos espaços, os quais demandam gestão especializada para adequada execução.

3.3 Outro problema identificado refere-se à limitação operacional da Administração para gerir diretamente todas as atividades acessórias ao evento, como a exploração de áreas específicas, o que pode comprometer a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços ofertados.

3.4 Dessa forma, evidencia-se a necessidade de solução estruturada, em conformidade com o art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que permita a exploração organizada, segura e economicamente vantajosa do espaço público, assegurando o atendimento ao interesse público.

3.5 Necessidade:

3.5.1 Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de promover a concessão de uso temporário, a título precário e oneroso, de espaço público destinado à exploração comercial de camarotes privados, de modo a:

- ampliar a arrecadação municipal;
- melhorar a infraestrutura e organização do evento;
- garantir maior segurança e controle do público; e
- atender às demandas da Secretaria de Cultura, Turismo e Empreendedorismo.

4. Plano de Contratação Anual:

4.1. Não há previsão da presente contratação no Plano Anual de Contratações (PAC), tampouco alinhamento prévio com o planejamento inicialmente estabelecido, tendo em vista que se trata de concessão de uso de bens públicos municipais, a título precário e oneroso. Ressalte-se que a referida contratação não implica dispêndio de recursos públicos, mas, ao contrário, tem



como finalidade a geração de receitas próprias para o Município, razão pela qual sua inclusão no planejamento ordinário não se mostrou viável à época.

5. Área requisitante

5.1 Secretaria de Secretaria de Cultura, Turismo e Empreendedorismo.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 O item a ser licitado está discriminado inicialmente no Documento Oficial de Demanda e detalhado no item 9.

6.2 Seguindo o entendimento do TCU de que “*é admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do certame e o preço obtido revelar-se vantajoso para a administração*” (Acórdão 394/2013- Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013), se o produto ofertado atender os pressupostos elencados nesse Acórdão, ou seja, (a) o produto ofertado é superior, (b) não haver prejuízo à competitividade e (c) o preço resultante for vantajoso à Administração, comprovados por meio de diligências, estes poderão ser aceitos.

6.3 Os serviços estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo de Serviços - CATSER do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

6.4 O padrão de qualidade do objeto pretendido Pelo poder Público perfaz elemento essencial nas contratações, o que implica numa análise ampliada sobre a eficiência do negócio e o alcance da finalidade almejada, mormente perante a avaliação da viabilidade do parcelamento (ou não), ante a perda de economia escala (art. 40, § 3º, I e II, Lei nº 14.133/2021).

6.5 Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido neste Termo e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATSER), prevalecerá à descrição contida no Termo de Referência.

6.6 Critérios de sustentabilidade:

Uso de Estruturas Sustentáveis

- Priorizar a utilização de estruturas temporárias compostas por materiais recicláveis, reutilizáveis e/ou de baixo impacto ambiental, reduzindo os efeitos negativos ao meio ambiente.
- Empregar materiais e insumos com procedência regular e, sempre que possível, certificados conforme normas ambientais vigentes

Eficiência Energética e Consumo de Energia

- Adotar sistemas de iluminação em LED ou tecnologias equivalentes, que

proporcionem maior eficiência energética e durabilidade.

- Incentivar o uso de fontes de energia com menor impacto ambiental, como geradores mais eficientes ou alternativas sustentáveis, quando viável.

Gestão de Resíduos

- Implementar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, com coleta seletiva, acondicionamento adequado e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados nos camarotes.
- Reduzir o uso de materiais descartáveis, priorizando soluções reutilizáveis ou recicláveis

Segurança e Conformidade

- Garantir que todas as estruturas atendam às normas de segurança, incluindo prevenção e combate a incêndio, instalações elétricas adequadas e utilização de materiais não tóxicos.
- As instalações deverão ser planejadas de modo a minimizar impactos ao espaço público, evitando danos permanentes à estrutura física do local.

Controle de Impactos Ambientais e Urbanos

- Observar limites adequados de emissão sonora, em conformidade com a legislação vigente, de forma a evitar transtornos à população local.
- Adotar práticas logísticas que reduzam impactos ambientais, sempre que possível.

Acessibilidade e Inclusão

- Assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme legislação aplicável, incluindo rampas, sinalização e espaços adequados.
- Promover condições de acesso equitativas ao público, respeitando os princípios da inclusão social.

Valorização da Economia Local

- Incentivar a contratação de mão de obra local e fornecedores da região, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Município.
- Priorizar, sempre que possível, a utilização de insumos e serviços locais

6.6.1 Por se tratar de concessão de uso de espaço público, não haverá entrega de bens à Administração. Caberá ao cessionário a instalação, manutenção e posterior retirada de toda a estrutura necessária à exploração do espaço, responsabilizando-se integralmente pela recomposição da área utilizada, nas condições originais.

7. Levantamento de Mercado

7.1 Quanto ao Levantamento das Alternativas e a Análise de projetos similares realizados por outros órgãos da Administração, constatou-se que há alternativas viáveis no caso concreto, além de uma situação peculiar de localização da Unidade.



7.2 Análise das soluções existentes:

Requisitos	Opções	
Atende aos objetivos da Administração	SIM (X)	NÃO ()
Instaurar procedimento licitatório	SIM (X)	NÃO ()
Adesão de Ata SRP	SIM ()	NÃO (X)
Contratação direta por Dispensa de Licitação	SIM ()	NÃO (X)
Convênios ou parcerias	SIM ()	NÃO (X)

8. Descrição da solução como um todo

8.1 Solução Escolhida: Gerenciar procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico.

8.2 Bens que compõe a solução:

8.2.1 Objeto de aquisição (se for o caso).

8.3 Serviços que compõem a solução

8.3.1 Concessão de uso temporário de espaço público, a título precário e oneroso, destinada à exploração comercial de área para instalação de camarotes privados no Pátio de Eventos Nivaldo Jatobá, durante a realização da 57ª Festa das Marocas, no período de 03 a 06 de julho de 2026.

8.4 Justificativa

8.4.1 A presente fundamentação baseia-se na necessidade de seleção de cessionário para a concessão de uso temporário de espaço público durante a realização da 57ª Festa das Marocas, evento reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, nos termos da Lei Estadual nº 13.842/2009. Trata-se de festividade de elevada relevância cultural, social e econômica, que atrai significativo fluxo de visitantes e contribui para o fortalecimento do turismo e da economia local.

A concessão, a ser realizada em caráter precário e oneroso, tem por finalidade a exploração comercial de área destinada à instalação de camarotes privados, constituindo importante instrumento de geração de receitas para o Município. Os recursos arrecadados poderão ser utilizados para o custeio das despesas inerentes à realização do evento, promovendo maior eficiência na gestão financeira pública.

Ademais, a formalização da concessão possibilita a adequada organização, padronização e controle do uso do espaço público, garantindo melhores condições de estrutura, segurança e funcionamento, em benefício dos participantes e de toda a coletividade.

9. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

9.1 Conforme Documento Formalização de Demanda e detalhamento na tabela abaixo:



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT/ CATSER	UND	QUANT.	VALOR MINIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
01	Concessão de uso temporário de espaço público, a título precatório e oneroso, com a finalidade de exploração comercial de área medindo 350m² para camarote privado tipo lounge.	19356	und	1	R\$ 43.834,17	R\$ 43.834,17
02	Concessão de uso temporário de espaço público, a título precatório e oneroso, com a finalidade de exploração comercial de área medindo 350m² para camarote privados com 02 pisos com no mínimo 12 unidades e um máximo de até 15 unidades por piso, com capacidade individual para 10 pessoas, tendo em cada pavimento um corredor de acesso, área para sanitários, sendo 6 Banheiros STD, área para bar, saídas de emergência, e uma entrada e portaria para acesso, devendo também garantir acessibilidade a todos os Camarotes	19356	und	1	R\$ 52.142,06	R\$ 52.142,06

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1 O valor total da receita está estimado em R\$ 95.976,23

10.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ou

10.3 A ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O objeto da licitação é necessário para as atividades ligadas a Secretaria de Cultura, Turismo e Empreendedorismo, os objetos contemplados por este ETP não será parcelada, tendo em vista, a arrecadação de receita, e o objeto configura sistema único e integrado ou a padronização e escolha levou a fornecedor exclusivo.

11.2 A concessão, realizada de forma precatória e onerosa, visa a arrecadação de receitas, contribuindo significativamente para a economia de recursos próprios do município. Além disso, a arrecadação possibilitará a destinação desses recursos para cobrir as despesas do próprio evento, garantindo uma gestão financeira mais eficiente. A presença de um cessionário também promove a organização e o bom



funcionamento do espaço público, beneficiando tanto os participantes quanto a comunidade local.

11.3 Está solução do item anterior está amparada pelo art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/21.

11.4 A súmula 247 do Tribunal de Contas da União é tácita ao afirmar: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

11.5 Sempre que possível, haverá o parcelamento da solução como forma de evitar erros decorrentes das operações de uma licitação exageradamente extensa e cujos itens sejam de segmentos diferentes.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 As contratações decorrentes deste processo serão seguidas de novas licitações que contemplaram itens de diferentes segmentos dentro da Secretaria.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 As aquisições têm por finalidade atender as necessidades elencadas e priorizadas em reunião com o Departamento de Compras e Ordenador de Despesas, além de levantamento de necessidades realizado.

13.2 O Planejamento da contratação está em conformidade com item 4 deste estudo.

14. Resultados Pretendidos

14.1 Atender a população do Município de Belo Jardim-PE;

14.2 Busca de resultados positivos para Administração atingindo a sua atividade finalística;

14.3 Manutenção dos padrões exigidos e almejados



15. Providências a serem adotadas

15.1 Não há necessidade de adequação do ambiente para execução da contratação.

16 Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Possíveis impactos ambientais envolvidos na aquisição bem como emprego dos materiais contemplados neste ETP são de risco calculado, fiscalizações elencadas na execução do contrato e não constituem fator de inviabilidade para aquisição.

17 Declaração de Viabilidade

17.1 Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18. Justificativa da Viabilidade

18.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento da Contratação considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

19. Responsáveis

José Felipe de Oliveira Silva
Diretor Administrativo

Filipe de Oliveira Vieira
Secretário de Cultura, Turismo e Empreendedorismo